



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia			
PROTOCOLO	TERMS DO § 2º DO ARTIGO 188 DO REGIMENTO INTERNO 02 ABR 2019 Helder Risley de Oliveira Secretário Legislativo	INDICAÇÃO	Nº <u>229 / 19</u>
	AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS		
<p>INDICA ao Comandante Geral da PM/RO, Senhor Coronel Mauro Ronaldo Flôres Corrêa, em caráter de urgência, a necessidade de aumento do efetivo de policiais militares e viaturas no policiamento do bairro Lagoa Azul.</p> <p>O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos do art. 146, inciso VII c/c art. 188 do Regimento Interno, INDICA ao Comandante Geral da PM/RO, Senhor Coronel Mauro Ronaldo Flôres Corrêa, em caráter de urgência, a necessidade de aumento do efetivo de policiais militares e viaturas no policiamento do bairro Lagoa Azul.</p> <p>Plenário das Deliberações, 01 de abril de 2019.</p> <p><u>ANDERSON PEREIRA</u> Deputado Estadual - PROS</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>Excelentíssimo Senhor Presidente, Nobres Parlamentares,</p> <p>Esta indicação tem como objetivo indicar ao Comando Geral da PM/RO, a necessidade de aumento do efetivo de policiais militares e viaturas no policiamento ostensivo e preservação da ordem pública no Bairro Lagoa Azul.</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº ____ / ____
-----------	--	-----------	----------------

AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS

A população vem sofrendo diariamente com o aumento da violência. Diante do crescimento do bairro e do número de moradores e conseqüentemente a expansão comercial, os moradores do bairro Lagoa Azul, que já chegam a aproximadamente 3 (três) mil pessoas, sentem-se desprotegidos ante o alto índice de criminalidade. Mesmo sendo tão populoso quanto pequenos municípios, não conta com posto policial fixo e ainda sofre com o baixo efetivo policial no patrulhamento, criando assim uma situação de total insegurança.

Diante do exposto, é de extrema importância se buscar a garantia do mínimo de segurança no local, não apenas com o aumento do efetivo naquele setor, mas também com uma ação ostensiva da polícia na região para inibir a violência.

Dessa forma, a oferta da segurança pública é dever do Estado, conforme preceitua a Constituição Federal:

"Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (...)"

Do exposto, por ser um dever do Estado e pela importância do tema é que peço apoio dos nobres parlamentares na aprovação da indicação.

Plenário das Deliberações, 01 de abril de 2019.

ANDERSON PEREIRA
Deputado Estadual - PROS